
Cadernos ASLEGIS

ISSN 1677-9010 / www.aslegis.org.br

Ana Luiza Backes

Doutora em Ciência Política (UFRGS, 2004); consultora legislativa desde 1991, atuando na Área XIX – Ciência Política, Sociologia Política, História.

**Notas sobre a República,
oligarquias e utopias**

Resumo

O texto analisa as razões da oligarquização do sistema político criado pelo movimento republicano no fim do século XIX. Explicações tradicionais sobre o período são criticadas por darem pouca atenção aos diferentes projetos políticos em luta. O pacto coronelista de Campos Sales é explicado à luz dos problemas políticos que tentou resolver. Busca-se relacionar o sistema oligárquico com o processo de formação do Estado nacional.

Palavras-Chave

República, Primeira República, República Velha; coronelismo, pacto coronelista, política dos governadores, Campos Sales; movimento republicano, propagandistas republicanos; Estado nacional, formação do Estado nacional.

Abstract

The paper analyzes the reasons for the oligarchization within the political system created by the republican movement in the late nineteenth century. Traditional explanations of the period are contradicted, because they don't consider the different political projects that are in struggle at the time. The coronelistic pact from Campos Sales is explained in the light of the political problems that it tried to solve. The author intends to relate the oligarchic system to the national state formation process.

Keywords

Republic, First Republic, Old Republic; coronelismo coronelista pact, stategovernors policy, Campos Sales, the republican movement, republican propagandists, the national state, formation of the national state.

O movimento da propaganda republicana do século XIX constitui uma referência muito interessante para se refletir sobre os caminhos pelos quais movimentos políticos transformadores levam adiante suas utopias civilizatórias. É que a República criada pelo movimento da chamada geração de 1870 tornou-se velha antes mesmo de amadurecer, passando para a história como o reino das oligarquias e do voto de cabresto. Onde e como se enredou a utopia republicana do século XIX? Ou, quais as razões da oligarquização de um movimento que se pretendeu modernizador?

Meu argumento parte de dois pressupostos que, por não serem evidentes e nem consensuais na historiografia que se ocupa da Primeira República, merecem algum detalhamento. São eles:

- a. no final do século XIX havia um movimento republicano com um projeto de modernização social e política;
- b. ao conquistar o poder, esse movimento promoveu uma modernização extremamente restrita, no plano político, que é o aspecto que aqui estaremos considerando em primeiro plano; não obstante, foi uma modernização.

A afirmação da existência de uma utopia republicana, ou melhor, de várias utopias republicanas, no Brasil do fim do século XIX, defronta-se com uma compreensão muito arraigada sobre o período, que não enxerga no movimento republicano nenhum conteúdo transformador. Pretendo defender que essa visão é simplificada, e retira da arena teórica a problemática propriamente política, ou seja, os projetos políticos e a luta entre eles.

Na análise dessas questões vou recorrer a alguns elementos extraídos da minha tese de doutorado, em que estudei os conflitos políticos da primeira década da República.¹ Ao final, ensaio novos desdobramentos teóricos de conclusões extraídas da tese.

1. Os pressupostos

1.1. O Movimento Republicano e os projetos de modernização

A passagem da monarquia para a República não foi um ato isolado, uma quartelada promovida por militares insatisfeitos. As décadas anteriores ao ato de proclamação foram precedidas de intensa mobilização política, a chamada pro-

¹ Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos Sales. Ana Luiza Backes. Tese de doutorado em Ciência Política (UFRGS, 2004), publicada pela Câmara dos Deputados em 2005.

paganda republicana. Em 1889, uma nova geração de políticos subiu ao poder, com formação fortemente marcada pelo evolucionismo, pelo cientificismo, pelo positivismo, e com um projeto de colocar o país no caminho do progresso.

A existência de um projeto modernizador, nascido de um movimento republicano ativo, não é pacífica entre os historiadores. Segundo uma versão muito difundida, a República teria nascido *manu militari*, ante uma população que assistiu a tudo atônita. É frequentemente apresentada a idéia de que o único objetivo que importava ao movimento republicano era acabar com a centralização do período imperial e conquistar a federação, pela qual se daria uma nova repartição do poder entre as oligarquias estaduais.

Estudos recentes recuperam a complexidade daquela quadra histórica, mostrando a efervescência do período que antecedeu o ato militar de proclamação. Se, em parte, foi fácil derrubar o regime monárquico, é porque nas décadas anteriores seus princípios foram dura e insistentemente combatidos junto à opinião pública. O estudo de Maria Tereza Chaves de Mello, “A república consentida”, traça um belo painel da formação de um espaço público no país da época, especialmente no Rio de Janeiro – as livrarias, as confeitarias, os jornais, os círculos literários, as conferências, os comícios ou *meetings*.² Espaço público onde se desenvolvia uma cultura crítica, de oposição ao *status quo*.

A chamada geração de 1870 criticou os principais fundamentos do Império e seus valores: a escravidão, a religião de Estado, a tradição e a imobilidade como bases da ordem, a centralização monárquica, o latifúndio monocultor.³ Nem toda essa geração era republicana – alguns de seus expoentes, como Joaquim Nabuco, eram monarquistas.

Dentre os republicanos não havia apenas um projeto de República. Alguns almejavam um modelo liberal, inspirado nos Estados Unidos; para outros, o modelo era centrado numa idéia de Nação que se sobrepunha ao indivíduo, e havia ainda os que sonhavam com um modelo igualitário, inspirado na Revolução Francesa.

O novo regime enfrentou, nos primeiros anos, a oposição de movimentos armados: em 1893 eclodem a Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, e a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul. Os republicanos históricos enfrentam

2 Mello, Maria Tereza Chaves de. (2007) **A República consentida: cultura democrática e científica no final do Império**. Rio de Janeiro, Ed. FGV: Editora da UFRJ (Edu). Trata-se de tese de doutorado em História, defendida em 2007 na UFRJ.

3 Outra tese de doutorado, premiada pelo CNPq-ANPOCS, em 2001, dedica-se a análise desse embate no terreno das idéias: de Ângela Alonso, *Ideias em Movimento. A geração de 1870 na crise do Brasil-Imperio*, SP, Paz e Terra, 2002.

unidos estes conflitos. O apoio a Júlio de Castilhos, líder republicano gaúcho, foi firme e decidido por parte dos antigos propagandistas – na Câmara e no Senado, aprovaram os recursos extraordinários para as forças militares; o estado de São Paulo cedeu armas e recursos. Do lado oposto, os adversários da República também se aproximam: boa parte dos combatentes da Revolta da Armada, quando derrotados, juntou-se aos federalistas para combater o governo positivista gaúcho, liderados pelo Almirante Saldanha da Gama.

Sufocadas as resistências, começaram os conflitos internos entre os republicanos, cada grupo defendendo seu modelo de República. O Congresso era um dos principais palcos desse embate, terreno decisivo para a definição da política econômica e da estratégia de consolidação do novo regime. A rejeição na Câmara dos Deputados do plano econômico do Barão de Lucena leva ao fechamento do Congresso pelo Marechal Deodoro. Golpe respondido pelo contra-golpe do Marechal Floriano Peixoto, vice de Deodoro, que assume a Presidência.

Nos últimos anos do século XIX, duas facções dos republicanos disputam a hegemonia do novo regime: os florianistas (inspirados pela figura do Marechal Floriano Peixoto e sua atuação fortemente nacionalista durante a Revolta da Armada, chamados no Congresso de “concentrados”) e um grupo moderado, liberal, também composto de antigos propagandistas, mas que incorporava ex-monarquistas convertidos. No Congresso, as duas facções se digladiam em torno do modelo de Estado, especialmente do grau de intervencionismo estatal. Os florianistas, especialmente os de origem positivista, defendem um Estado dirigista, com a função de promover a economia e o bem-estar da sociedade, enquanto os moderados defendem o Estado liberal clássico. As disputas se dão em torno à votação de matérias como a privatização das estradas de ferro e a nacionalização da navegação de cabotagem.

As duas alas lançam candidato à Presidência da República – Lauro Sodré, do Pará, concorre pelo grupo dos florianistas, que abriga a maior parte dos positivistas, e Campos Sales, de São Paulo, concorre pelos republicanos moderados. Ao longo da campanha eleitoral, as derrotas do Exército em Canudos, e talvez mais ainda a amarga vitória final sobre os seguidores de Antônio Conselheiro, quando se constatou o quão distante estavam os sertanejos de serem os perigosos inimigos da República alardeados, foi desgastando a imagem dos florianistas, muito fortes no meio militar. A pá de cal contra as pretensões presidenciais do grupo radical foi lançada com o atentado fracassado contra Prudente de Moraes, em que faleceu seu Ministro da Guerra.

A proposta que venceu e assumiu o comando da República tinha raízes no setor mais forte da sociedade – os cafeicultores paulistas. O poder que exercem

sobre o país, contudo, não vem apenas da fazenda – os republicanos de São Paulo construíram uma poderosa máquina política e, com um projeto modernizador, derrotaram os outros grupos do estado, estabelecendo ao longo do período uma hegemonia clara e definida. Durante a Primeira República, nove dos governadores paulistas foram do grupo dos republicanos históricos, e somente dois vinham de fora de seus quadros. Observe-se, contudo, que o grupo de Campos Sales e Bernardino de Campos só conquistou o poder na província com ajuda de Floriano Peixoto, que destituiu o grupo que havia sido posto no poder por Deodoro.

Essa nova elite que assume com a República tem um projeto distinto do projeto imperial, centrado em outros valores. Há boas razões para considerar que era um projeto burguês, como argumentam alguns especialistas⁴. Os modernizadores defendem, por exemplo, a criação de uma burocracia de estado impessoal, baseada na competência, e a separação entre Igreja e Estado. E também o estabelecimento de novas relações de trabalho, com o fim do trabalho escravo – ainda que parte dos fazendeiros paulistas republicanos tivesse posição ambígua a respeito, pois queriam o fim da escravidão só quando tivessem resolvido o problema da mão-de-obra do café.

Ao assumir o poder, os republicanos procuraram criar sua mitologia – uma nova era se iniciava no Brasil, guiada pela Ciência e pela Razão, em oposição ao império, onde predominavam o atraso, a letargia, os privilégios.⁵

Novas políticas urbanas, de higiene, de saneamento, mudaram as cidades, derrubando bairros inteiros, criando instituições ligadas ao projeto científico (hospitais, hospícios, institutos científicos como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a Escola Politécnica, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o Instituto Butantã). Uma nova cidade surge do papel, por projeto das elites modernizadoras – Belo Horizonte, em 1897.

1.2. Limites da modernização política

A República promove mudanças no sistema político, instituindo o federalismo, o presidencialismo e a eleição direta para governador e Presidente. O percentual da população com direito a voto, contudo, permanece ao redor dos 2% – nas eleições de 1930 a participação sobe, mas ainda fica nos 5%.

4 Ver por exemplo Pedro Cezar Dutra Fonseca (1999). *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo, Ed. Brasiliense e Florestan Fernandes (1982). *A revolução burguesa no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar.

5 O livro *Formação das almas*, de José Murilo de Carvalho, pinta um interessante quadro da simbologia republicana, pela análise de monumentos históricos da época, do hino, da bandeira. *A formação das almas. O imaginário da república no Brasil*. SP, Companhia das Letras.

O sistema político criado irá assentar suas bases de funcionamento a partir de um pacto promovido por Campos Sales entre as principais forças políticas. O pacto redefiniu o sistema representativo no país, promovendo mudanças formais nos mecanismos de reconhecimento dos diplomas dos deputados eleitos e mudanças de conteúdo no relacionamento entre os agentes políticos federais e estaduais e entre a maioria e a minoria. Pela Reforma do Regimento, o deputado encarregado de presidir, na própria Câmara dos Deputados, o processo de reconhecimento dos diplomas, passaria a ser o Presidente da Câmara anterior, se reeleito, e não, como acontecia antes, o deputado mais idoso dentre os novos eleitos. Com isto, evitava-se a possibilidade de perda de controle da maioria (ou seja, do governo central) sobre o processo de reconhecimento. Ao mesmo tempo, ficou pactuado que só seriam validados os diplomas de eleição expedidos pelo governo do estado.

No sistema anterior, as eleições contestadas, em que havia acusações de fraude, eram decididas caso a caso, com o pretendente ao cargo levando à Câmara a documentação que supostamente comprovaria sua eleição. Algumas vezes, a oposição no estado conseguia furar o bloqueio das eleições dirigidas e através de articulações nacionais fazia reconhecer seu representante na Câmara. No novo sistema, praticamente se anula essa possibilidade, bem como se torna praticamente impossível denunciar as fraudes.

Esta é a base do sistema coronelista descrito por Vitor Nunes Leal. Um sistema de compromissos recíprocos entre os coronéis locais, os governos dos estados e o governo central, que esvazia o sistema de representação, permitindo manipulações explícitas do voto.

O pacto coronelista estancou o desenvolvimento não só dos direitos políticos como dos direitos civis – a maioria da população, que vivia no campo, permanece submetida aos coronéis nas fazendas, que controlavam o delegado, a professora, o padre, o juiz, além da apuração das eleições.

O regime republicano se estabilizou a partir daí, consolidando o pragmatismo e isolando as tendências mais radicais. Os grupos mais fortes em cada estado se estabilizam no poder, e as minorias são excluídas.

O grupo dos concentrados se recolhe a alguns estados onde é mais forte, como é o caso do Rio Grande do Sul e do Pará. Os jacobinos e positivistas do Apostolado perdem qualquer expressão parlamentar. A morte de Silva Jardim, um dos mais conhecidos propagandistas republicanos, que falece na Itália, na cratera do Vesúvio em 1891, parece simbolizar o isolamento romântico da linha mais utópica dos republicanos.

Creio ter exposto argumentos fundamentados para sustentar os pressupostos iniciais: 1) existia um movimento republicano forte, cujos representantes ascendem ao poder, portando um projeto modernizador, de reforma do Estado; 2) a modernização promovida, contudo, foi extremamente restrita, e, no terreno político, esvaziada, ficando o sistema político controlado por oligarquias, sem possibilidade de verdadeira representação.

A oligarquização do sistema político e os limites do estreito pacto coronelista levaram a interpretações nas quais muitas vezes se perde de vista a complexidade do período. Exponho a seguir que traços parecem-me problemáticos.

2. Desmontando a utopia – as interpretações clássicas sobre o período e alguns problemas

O ufanismo republicano de uma nova era moderna foi ao longo dos anos sendo impiedosamente desmontado, frente às inúmeras limitações da República realizada. A nova forma de governo não teria sido mais que uma nova máscara para a perpetuação dos mesmos coronéis de sempre. O movimento republicano, suas propostas de mudança, as lutas políticas do período passaram a ser desconsiderados, e quase esquecidos, até não se enxergar do período mais que uma visão de oligarquias, manipulações e cabresto.

Esta visão, quase um senso comum sobre a República Velha, surgiu de um lado da luta política, das críticas dos adversários e dos derrotados, e de outro lado dos percursos específicos da teoria social brasileira, dos modelos teóricos usados para avaliar o desenvolvimento da sociedade, tais como Revolução burguesa, capitalismo, sociedade moderna x sociedade tradicional, ou melhor, de determinadas aplicações desses modelos.

No terreno da política, as críticas mais contundentes começaram com os abolicionistas monarquistas, que apontaram o descaso com os libertos, e que enfatizavam que o problema do país era a questão social e não a forma política. O movimento republicano radical, os jacobinos, especialmente das capitais, também logo passou a apontar o esvaziamento dos mecanismos representativos que se aprofunda após o pacto de Campos Sales.

A Revolução de 30 se fez contra a República oligárquica, apresentada como o reino do atraso, do voto em cabresto, dos coronéis. A “oligarquização do projeto moderno” assim, é, em parte, uma construção da luta política – o mito da oligarquia ajuda o grupo opositor a se apresentar como o moderno, seu oposto.

É interessante registrar que a oposição ao regime não vinha de fora: foi capitaneada pelo Partido Republicano do Rio Grande do Sul, defensor de outro

modelo de Estado, com raízes no positivismo e no florianismo – mas, parceiro dos criticados mecanismos oligárquicos, aliado do governo federal em questões importantes como na política econômica ortodoxa.

Mas não só na luta política a Primeira República foi duramente criticada – também nos estudos acadêmicos, o período tornou-se sinônimo de atraso, agrarismo, oligarquias.

Seria um estudo interessante traçar o percurso teórico ao longo do qual foram sendo sepultadas as pretensões modernizadoras da geração de 1870. Não estou mais que arriscando suposições, mas creio que pelo menos os seguintes pontos foram essenciais para que os estudiosos, especialmente os das décadas de 50 a 80, como Edgar Carone, Maria do Carmo Campello, Raimundo Faoro, Joseph Love, tendessem a menosprezar as mudanças havidas com o regime republicano:

- i) A mais importante reforma modernizadora, a abolição da escravatura – pois não pode haver nação moderna com trabalho escravo – foi empreendida pelo Império.

A partir desse fato, muitos intérpretes passaram a desvalorizar a mudança na forma de governo. Contribuiu para essa interpretação a posição ambígua de alguns republicanos paulistas sobre a Abolição. O partido tinha boa parte de seus quadros composta dos fazendeiros do café, alguns dos quais resistiram à forma pela qual foi feita a libertação dos escravos, lutando por indenizações. Ora, se a mais importante das modernizações não foi empreendida pela camada dirigente da República, seria porque esse grupo não tinha em verdade proposta de transformação do Estado.

Essa avaliação não considera bem que boa parte dos fazendeiros, provavelmente justamente os republicanos, faziam parte daquela camada de “fazendeiros homens de negócios” de que fala Florestan Fernandes – são os fazendeiros que estavam formando sociedades anônimas, fundando bancos, construindo estradas de ferro, e que, percebendo os limites da produção escravista (era evidente que o tráfico inter-provincial não daria conta das necessidades produtivas), estavam organizando a imigração subsidiada.

Creio ser mais acertado supor que o PRP percebia a necessidade da Abolição, mas a queria com o problema da mão-de-obra resolvido, e sem prejuízo. De qualquer forma, o PRP tinha entre seus principais quadros dirigentes alguns ativos abolicionistas da época, como Bernardino de Campos e Francisco Glicério.

- ii) A política econômica, após o fracasso do Encilhamento, foi, ao longo de quase todo o período, ortodoxa, não abrindo espaço para políticas de

moeda que seriam mais favoráveis à industrialização. Essa política unia os republicanos paulistas aos positivistas e florianistas.

A partir dessa identidade na política econômica, que é um fato, muitos intérpretes dissolveram as diferenças que existiam entre os grupos citados. A defesa da austeridade econômica foi associada com uma oposição à industrialização e com interesses agrários tradicionais, que uniriam os republicanos gaúchos aos paulistas. Esta associação é equivocada. Antes de 1930, grupos que se diferenciam radicalmente quanto ao papel do Estado se unem a favor do saneamento da moeda, e combatem a política emissionista de Rui Barbosa.⁶

Partidários do intervencionismo estatal como os positivistas, os florianistas, e alguns dos industrialistas mais conhecidos, como Alcindo Guanabara e Serzedelo Correia, defendem o padrão-ouro, o dogma do orçamento equilibrado e a valorização da moeda nacional. É só depois de 1930 que a posição pró-intervencionismo estatal irá se juntar com a defesa de políticas mais flexíveis da moeda, formando o núcleo do desenvolvimentismo.⁷

- iii) No plano político, a modernização da representação política – a criação de uma democracia representativa – foi impedida pelo sistema coronelista, que levou a que alguns grupos políticos se eternizassem no poder nos estados.

A partir da constatação dos mecanismos que consagraram a oligarquização, tornou-se muito forte uma interpretação sobre o período segundo a qual a República não foi moderna porque não existia projeto modernizador. O sistema político só teria mudado de nome, mas o poder continuava na mão dos mesmos grupos do Império – as oligarquias⁸. Segundo alguns, o regime republicano inclusive teria ampliado o poder oligárquico (é a visão de Carone, por exemplo)⁹.

6 Os debates sobre a política econômica no Congresso, na primeira década republicana, são analisados em Backes, cap. 7.

7 Sobre o tema ver “Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil”, de Pedro Cezar Dutra Fonseca. PESQUISA & DEBATE, SP, volume 15, n. 2(26), pp. 225-256, 2004.

8 Essa interpretação parece estar ancorada em uma compreensão muito arraigada no pensamento nacional sobre nosso desenvolvimento político: nosso problema estaria em que nossa elite política é e sempre foi patriarcal, tradicional, patrimonialista. A sensação de que estamos sempre no mesmo lugar é recorrente: da esquerda radical ao moralismo udenista, parece comum a avaliação de que nada aconteceu de relevante politicamente das capitânicas hereditárias para cá – a *polis* continuaria dominada pela mesma elite, que não distingue entre seus quintais e os da Nação. E este seria o principal problema do país. Fábio Wanderley Reis faz excelente crítica desta visão essencialista, culturalista, de nossa história política, em “Brasil: Estado e sociedade” em perspectiva. In: Mercado e utopia.

9 Conforme Edgard Carone (1970) A República Velha (Instituições e classes sociais). SP, DIFEL. ps. 151-2

O problema de considerar o sistema unicamente do ponto de vista do poder que ele deu às oligarquias é que se perdem de vista as diferenças políticas e sociais que existiam entre elas.

O conceito de oligarquia no sentido político, isto é, grupo que mantém o controle férreo sobre o sistema político, sufocando as oposições, é um conceito que permite englobar os mais diferentes grupo sociais, com os mais diferentes projetos políticos.

Organizam-se como “oligarquias” na República Velha tanto os positivistas gaúchos, como a burguesia agrária e industrial no PRP de São Paulo, e os canavieiros do Nordeste. Mas há diferenças importantes a considerar, nos projetos de desenvolvimento e de País de cada um deles.

Talvez exista um problema conceitual a considerar, como sugere Pedro Fonseca: por trás de muitas das análises estaria a suposição implícita de que uma classe social moderna como a burguesia teria de se organizar de uma forma também “moderna”¹⁰.

O problema teórico é complexo, como se vê, e não pretendo deslindá-lo aqui. Também não é minha intenção – espero que seja evidente –, defender o excludente e elitista modelo político da República Velha, nem argumentar – o que seria um despropósito – que não era oligárquico.

O que eu gostaria de demonstrar é que perdemos algo de nossa história se enxergamos apenas coronéis no tabuleiro: a movimentação política da época fica esquecida, por não corresponder aos parâmetros exigidos pelos modelos teóricos, e a imagem que fica é a de uma população de “bestializados” (a expressão, de um jornalista da época, Aristides Lobo, popularizou-se, junto com a visão dos fatos que ela propaga – a população teria assistido bestializada aos fatos da Proclamação).

Dentro dessa perspectiva, não haveria o que explicar no pacto coronelista – ele simplesmente teria consagrado o poder de fato das oligarquias. Parece-me, ao contrário, que é importante explicá-lo, e recuperar a luta política da época para entender as soluções políticas à luz dos dilemas enfrentados pelo novo regime.

As razões para a estreiteza da República Velha não são compreendidas se tomarmos o sistema coronelista como o simples reflexo no plano político do poder dos coronéis, que imprimem ao sistema político suas características patriarcais e tradicionais. Entender os projetos em luta, seus dilemas, e como eles foram enfrentados, pode ajudar a decifrar desafios políticos colocados em outros momentos históricos.

¹⁰ Fonseca, op. cit., ps. 140-1

Passemos então a refletir sobre as razões e conseqüências da asfixia da democracia representativa na nossa jovem República Velha, à luz da luta entre os projetos políticos da época.

3. Recuperando a política e seus dilemas

No plano político, a grande reforma esperada com a República era o fim do Poder Moderador e a ampliação da representação política, fortemente centralizada no Imperador e no grupo em torno dele.

O Poder Moderador era um quarto poder, atribuído ao Imperador, e que lhe dava a função de nomear e destituir gabinetes, bem como de nomear os Presidentes da Província.

O parlamentarismo imperial funcionava de maneira invertida: ao invés de 1) as eleições determinarem uma maioria parlamentar, que então 2) forma o governo e indica o Gabinete, no sistema do Império o processo começava com (1) o Imperador escolhendo o Gabinete, que então (2) organizava as eleições de forma a eleger maioria parlamentar que o apoiasse.¹¹ Vale registrar que esta era a regra: de 1868 em diante, todas as legislaturas do Império surgiram desse mecanismo.

O Presidente da Província era uma peça-chave da engrenagem – era o encarregado de organizar as eleições, de forma a que estas produzissem o resultado desejado. A intervenção do Poder Moderador nas províncias equivalia à pura e simples destituição dos governadores e substituição pelo grupo rival, decidida desde o centro do Império.

Esse sistema evidentemente gerava enormes tensões com os grupos políticos locais – muitas vezes os nomeados vinham de fora, realizavam as eleições e depois partiam. A reivindicação pelo federalismo equivalia, portanto, a uma reivindicação por uma representação política construída desde o estado, e não de cima para baixo.

Adicione-se a isto que o movimento republicano não consegue expressão parlamentar ao longo do Império – apenas dois republicanos conquistaram cadeiras na Câmara dos Deputados nesse período (Prudente de Moraes e Campos Sales, em 1886).

O fim do Poder Moderador, o presidencialismo e o federalismo, com eleições diretas para Presidente e governador, estavam no centro do programa

11 É o sistema expresso no famoso sorites de Nabuco de Araújo: “O Poder Moderador pode chamar a quem quiser para organizar ministérios; esta pessoa faz a eleição porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria. Aí está o sistema representativo em nosso país.”

republicano, e foram os princípios estabelecidos pela Constituição de 1891 (é interessante que, no debate parlamentar da época, “parlamentarismo” era usado como sinônimo do sistema de destituição arbitrária do governo, seja do gabinete, seja do governo provincial).

A nova ordem constitucional, contudo, ao começar a funcionar não tinha respostas para os frequentes conflitos que vão se abrindo entre os Presidentes e o Congresso.¹² Para garantir apoio e especialmente para fabricar maioria parlamentar, os Presidentes intervêm nos estados, derrubando os governos estaduais, reeditando pela força os mecanismos que no Império eram legais. É o que fazem Deodoro e Floriano, sucessivamente. Prudente de Moraes, quando assume, pressiona o Congresso para que defina as formas legítimas de intervenção nos estados (o tema consta de todas as Mensagens anuais que enviou ao Congresso enquanto Presidente, e é assunto constante de inúmeros debates parlamentares).

O pacto de Campos Sales fornece a solução para o impasse, equacionando ao mesmo tempo a relação entre Presidente e Congresso e entre Presidente e governos estaduais. Não mais a intervenção do Poder Moderador, repudiada de Norte a Sul, mas um sistema pelo qual se redefinem as competências das diferentes esferas – aos governadores se entrega o controle sobre seus estados e sobre a representação política, desde que apoiem as políticas centrais para o governo central.

No centro dos conflitos está a política econômica. Campos Sales, após eleito em 1899, ainda antes de tomar posse, faz uma longa viagem à Europa, na qual acerta um plano de financiamento internacional, o *Fundig Loan*, o qual depende da aprovação pelo Congresso de uma série de medidas financeiras e orçamentárias.

O Congresso estava completamente dividido entre a fração dos concentrados (como vimos, a fração florianista, que incluía os nacionalistas mais radicais, os positivistas, os jacobinos cariocas) e o grupo moderado. Para as próximas eleições parlamentares, anunciava-se uma luta acirrada entre os dois grupos. O que significava um aumento, talvez a um grau ainda nunca visto, do número de eleições contestadas (ou seja, seriam questionados muitos dos diplomas de Deputado que viriam ao Rio de Janeiro para o reconhecimento oficial pela Câmara).

O risco para Campos Sales não era apenas o de perder o controle do Congresso – como quase aconteceu com Prudente de Moraes. Mas os conflitos

12 Sobre os conflitos do período, ver Backes, op. cit., e também Renato Lessa (1999). A invenção republicana. RJ, Topbooks

ameaçavam paralisar o Congresso por um bom período, afetando a credibilidade do governo junto aos banqueiros internacionais.¹³

O pacto com os governadores surge nesta conjuntura como solução, possibilitando no curto prazo o apoio para a política econômica. No longo prazo, significou uma nova forma de fazer funcionar o sistema representativo, incorporando novos grupos, mas redefinindo os limites de seus poderes.

4. República – avanço ou retrocesso?

Para encerrar, vou alinhar alguns temas para discussão, ensaiando uma avaliação do sistema político vigente na República Velha em relação com processos mais complexos, como a formação do Estado nacional e a evolução da cidadania.

Para muitos, o novo regime representou um retrocesso quanto ao parlamentarismo imperial, no qual haveria alternância de poder e representação de minorias. Não se pode, contudo, esquecer que a alternância ali dependia do arbítrio do Poder Moderador – todos os órgãos políticos e administrativos estavam subordinados ao Imperador.

Creio ser mais acertado afirmar que a República ampliou o círculo do poder, incorporando ao jogo político mais grupos do que o estreito círculo imperial, que manipulava o jogo do parlamentarismo invertido.

Estas relações podem ser melhor compreendidas se situadas em relação com o processo de construção do Estado Nacional. Como aponta Fábio Wanderley Reis, existe em nossa história um jogo complexo entre forças integradoras e desintegradoras, desde o início da colonização. A criação da nova sociedade veio como consequência da expansão colonial de uma potência européia. O processo de criação de um governo forte passou pela criação de núcleos locais de poder. Esses núcleos permanecem por muito tempo isolados, em termos de poder e de comunicação, gerando a formação de elites patriarcais poderosas, vistas por muitos como equivalentes aos senhores feudais.

No Império e na República, observa-se a afirmação gradativa das forças integradoras de um poder central contra as tendências fragmentárias dos núcleos locais.

No Império, um aparato estatal está se formando, a partir da elite fluminense e da canavieira. Apesar da centralização das instituições políticas, as

13 Nacionalistas radicais denunciam da tribuna parlamentar pressões sofridas pelos governos republicanos. Ver, por exemplo, o caso em que o banqueiro Rothschild teria cobrado de Campos Sales o controle sobre o Congresso. Backes, p. 163-4

instituições nacionais criadas são ainda fracas, este Estado tem pouca capacidade de fazer oposição aos interesses da aristocracia rural. Alguns indicadores: os rendimentos de tributação vêm basicamente do comércio exterior; só 10% vêm de impostos sobre a exportação (impostos que afetariam interesses dos produtores agrícolas).¹⁴ Não existe a tributação da propriedade da terra.

Outro ponto central na avaliação da força e capacidade de penetração do Estado são as forças armadas. Ora, a burocracia militar do Império era reduzida, os efetivos militares eram pequenos (em torno de vinte mil homens). A Guarda Nacional, que funciona de 1831 até 1918, estava sob o controle dos senhores de terra. Assim, se o poder do Imperador de nomear o Presidente de Província era grande, o poder deste era pequeno frente aos grandes coronéis.

No sentido de construção do Estado Nacional, de evolução da capacidade do aparelho estatal e burocrático, arrisco a dizer que a República representou um avanço, uma nova etapa. Parece-me defensável a avaliação de que o Estado republicano ampliou a incorporação e subordinação dos coronéis às instituições políticas nacionais.

O sistema coronelista, como aponta o próprio Vitor Nunes Leal, não é o sistema em que o coronel é todo-poderoso, mas sim o sistema em que o poder patriarcal já não é suficiente para lhe garantir o controle político e econômico sobre a “sua” gente.

O poder dos coronéis sobre a população das fazendas e das cidades do interior passa a depender do poder central: o controle sobre a professora, o fiscal, o delegado, passam pela estrutura política e burocrática, construída nacionalmente. As nomeações de autoridades são moeda de troca para os apoios de que necessita o poder central.

Assim, se é verdade que a República estadualizou a representação política, permitindo que as oligarquias locais controlassem a representação política, o sistema montado revela maior dependência dos coronéis em relação ao aparelho de Estado, cuja chave permanece nas mãos do poder central.

O sistema descrito não é uma simples cópia das constituições européias, ou uma instituição inadequada à realidade nacional. Os mecanismos representativos foram adaptados pelos republicanos moderados, para fazer funcionar um Estado nacional e para definir políticas nacionais, com um mínimo de legitimidade. O voto ganha novo significado, pois não funciona no sistema como um mecanismo de representação dos eleitores – é uma forma de organizar o equilí-

¹⁴ Dados retirados de Fábio Wanderley Reis, op.cit.

brio entre os grupos políticos, definindo uma maneira para a aferição de forças aceita pelos participantes como legítima. A farsa do voto tem sentido.

Acho que se pode dizer que os republicanos moderados levaram adiante seu projeto (moderado) de reforma do Estado, rompendo o estreito círculo imperial e fazendo avançar a burocracia de Estado, cortando os laços estatais com a Igreja. Levaram adiante o projeto científico, impulsionando as ciências e um papel mais moderno para os governos, como admitem mesmo autores como Love, para os quais o único projeto consistente dos republicanos era o federalismo.¹⁵

Se o novo regime pode ser considerado um avanço na formação do Estado, quanto aos direitos da população não há evolução alguma: não se ampliam no período nem os direitos civis, nem os políticos, nem os sociais. A única mudança importante, neste sentido, foi a abolição da escravatura, que antecede a proclamação.

Deve-se lembrar, contudo, que a proposta de República que venceu e se implantou foi a mais moderada, derrotando as propostas florianistas, positivistas e jacobinas que propunham incorporação social mais ampla.

Além disso, creio que nenhum dos grupos políticos da época tinha uma utopia que pudesse ser chamada de democrática – os modernizadores do século XIX eram autoritários, elitistas, convencidos de sua superioridade intelectual e científica, que lhes garantia o direito de dirigir os destinos da Nação.

Sintetizando: julgados à luz de sua própria utopia modernizadora, os republicanos paulistas tiveram um resultado razoável – esta utopia, contudo, era limitada e excludente.

O abismo que havia entre o movimento republicano e a população dos sertões tornou-se trágico e inescapável aos olhos da Nação a partir de Canudos. “Os Sertões”, de Euclides da Cunha, virá desnudar a falta de propostas do “cientificismo” brasileiro para a população do interior do país, bem como a brutalidade contra ela empregada. À semelhança dos movimentos milenaristas da Idade Média, a única alternativa para os sertanejos era constituir uma nova sociedade, à margem das instituições políticas do conjunto do país.

Naturalmente há uma questão de fundo: poderiam funcionar instituições políticas típicas das sociedades capitalistas numa sociedade que recém saía do escravismo? Vale lembrar que a abolição não teve o dom de instaurar de imediato relações de livre compra e venda da força de trabalho.

15 “Na minha perspectiva, a mudança de regime em 1889 não foi insignificante. A ruptura permitiu uma maior realização do papel que os governos modernos devem desempenhar. Não é que a república fosse tão moderna assim: o Império é que decididamente não o era.” Love, 1997, p. 154

Outra questão é se o nosso desenvolvimento econômico permitiria incorporar politicamente as classes dominadas, pois não teria o que lhes oferecer. Ao contrário, por exemplo, da Inglaterra do século XIX, onde a lenta expansão do direito de voto à toda a população adulta acompanha o desenvolvimento capitalista, num processo em que os direitos políticos dos trabalhadores se traduzem em conquistas econômicas (tenha ou não esse processo se dado às custas dos países subdesenvolvidos).

São questões que deixo ao debate.